

A China vem aí?

Qual a função da China na nova ordem internacional? Há, de fato, uma mudança tendencial na repartição do poder internacional entre os países desenvolvidos e os países ditos em desenvolvimento? As nações ditas emergentes estão de fato emergindo e mudando a repartição do poder econômico global? Antes de suscitar a leitura de um artigo interessante que procura responder a essas questões, faz-se uma consideração teórica sobre a natureza do sistema social e econômico em vigência na China. Depois dessa introdução, acredita-se aqui que fica mais interessante o acompanhamento de um texto que trata especificamente da mudança na geografia da indústria global nas últimas três décadas.

A história da República Popular da China tem de ser divida, como bem se sabe, em dois períodos: o maoísta que vai de 1949 a 1976 e o pós-maoísta que vai de 1976 em diante. O primeiro deles, em que este país se desenvolveu sob a liderança carismática de Mao Tsé-Tung, é caracterizado normalmente como socialista e comunista; o segundo período, após as reformas econômicas pró-mercado do pragmático Deng Xiaoping, é visto como uma espécie de economia mista, na qual se combinam relações de produção socialistas e capitalistas. Ora, vai se argumentar aqui que essa compreensão está conceitualmente errada quando se toma por base alguns escritos centrais de Marx.

Como bem se sabe, em *O Capital*, logo em seu primeiro capítulo, o socialismo é caracterizado como uma organização econômica em que os trabalhadores se encontram livremente associados e, que, por isso, constitui-se como um sistema em que as relações sociais de produção e repartição são diretas, ou seja, não são mais mediadas pela mercadoria, pelo dinheiro e pelo capital. Não se pode esquecer que o socialismo, para Marx, consiste essencialmente numa negação do fetichismo que adere aos produtos do trabalho no capitalismo. A ordem política que se ergue sobre esse novo sistema econômico tem necessariamente de ser, portanto, uma democracia substantiva em que a vontade popular, não manipulada pelo interesse de classes dominantes, realmente governa. Ora, mesmo na China de Mao, supostamente porque as forças produtivas eram muito atrasadas, mas também por causa da doutrina consagrada do comunismo histórico, os trabalhadores estavam organizados pelo Estado e a mediação mercantil nunca foi eliminada. Sempre foram tratados aí, ademais, como massa humana produtora de mais-valia.

Para entender a China de hoje, note-se de início que, na história econômica do século XX, distinguiram-se *grosso modo* dois sistemas de acumulação concorrentes, ambos voltados precipuamente para a valorização do valor – e não para a produção de valores de uso e, assim, para o bem-estar da população enquanto tal. De um lado, dominou o capitalismo monopolista, baseado na concorrência de capitais, mas que, para prosperar, manteve-se sempre mais ou menos regulado pelo Estado, e, do outro, observou-se o sistema de acumulação centralizada, fundado no planejamento e na programação abrangentes, assim como no comando unitário do aparato burocrático de Estado. É notório que ambos esses sistemas sociais orientavam-se por um mesmo objetivo central, qual seja ele, o crescimento econômico como um fim em si mesmo. Ademais, em princípio, essa meta é perseguida sem qualquer grande limitação, ou seja, é levada à frente segundo a sua própria lógica sistêmica, mesmo com a impiedosa destruição de seres humanos e da natureza. A República Popular da China nasceu, em 1949, para crescer estritamente sob um sistema de acumulação centralizado.

Esses dois sistemas, apesar de diversos, mantiveram-se sempre ancorados na exploração do trabalho e na subordinação política e ideológica dos trabalhadores em geral aos verdadeiros donos do poder, a burguesia e a burocacia do “partido comunista”, respectivamente. Da Revolução Soviética, em 1917, até aproximadamente o fim do terceiro

quartel do século XX, esses dois modos de produção disputaram uma corrida de eficiência econômica, de hegemonia política e militar, a qual foi finalmente vencida pelo capitalismo monopolista. Este último se manteve *grosso modo* legitimado pela democracia eleitoral, enquanto que o outro, supostamente socialista, aparecia francamente como um sistema politicamente despótico. Na perspectiva teórica de Marx, no entanto, a China socialista nunca foi de fato socialista e, muito menos, comunista: o sistema econômico aí vigente deve ser caracterizado, sob a ótica desse autor, mas mediante uma interpretação possível contemporaneamente, como de acumulação centralizada, o qual parece ser apenas compatível com um sistema político dominado pelo partido-Estado. Note-se que esse sistema “socialista” conviveu na China de Mao, como ainda convive até hoje, com manchas expressivas de economia camponesa de subsistência. Não se ignora aqui a complexidade estrutural da economia chinesa.

Portanto, a transformação econômica da China depois da morte de Mao Tsé-Tung, em 1976, mesmo tendo sido uma transformação, foi na verdade uma ruptura na continuidade: ao invés de um sistema de acumulação centralizado abrangente, esse país optou, em nome da eficiência e do crescimento, por um sistema misto, em que as relações de produção tipicamente capitalista puderam se expandir mais e mais no seio do sistema burocrático prevalecente. Como se sabe, o que caracteriza essas relações é o assalariamento da força de trabalho, não por relação contratual com o Estado, mas com os capitais particulares que concorrem entre si nos mercados. Tendo em mente o sucesso econômico da China, espetacular mesmo quando este é enxergado numa ótica meramente produtivista, fica mais uma vez provado que o capitalismo prospera extraordinariamente em condições de pouca democracia ou mesmo de ditadura. Obviamente, a democracia eleitoral ampla é aceita – e mesmo ardorosamente defendida – quando o sucesso do sistema é acossado pelo problema de sua legitimação ideológica junto aos trabalhadores em geral.

Após ter desenvolvido essa consideração introdutória, recomenda-se agora que se faça uma leitura atenta da tradução do artigo de Chandrasekhar, um economista indiano muito atento, o qual foi colhido no blog *IDEAs – International development economic associates*. O texto indica o verdadeiro teor das mudanças ocorridas recentemente na divisão do trabalho no plano internacional. Mostra, na verdade, que a economia chinesa não vem se constituindo como um poder concorrente ao poder imperial da economia norte-americana, ainda que nem sempre os seus interesses sejam convergentes e que haja espaço para disputas e mesmo conflitos. Bem de acordo com a natureza acumulativa de ambas, tal como acima foi explicado, o que está ocorrendo de fato no plano da economia global é uma integração de sistemas, sob a hegemonia incontestada dos Estados Unidos. E essa integração não parece enfraquecer, ao contrário, parece fortalecer o capitalismo.

Eleutério F. S. Prado
15 de fevereiro de 2014

A geografia da indústria global

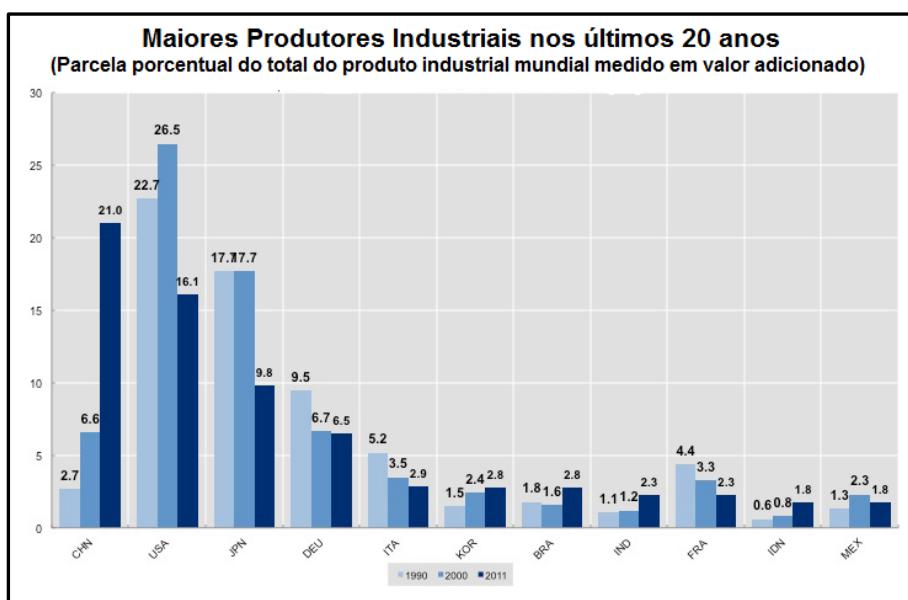
C. P. Chandrasekhar

Não há dúvida que a geografia da indústria global vem se modificando [nas últimas três décadas], pois a China em particular e os países em desenvolvimento em geral vem respondendo por uma parcela maior da produção e da exportação manufatureira global. Esse fato tem originado a visão de que a “velha” ordem econômica internacional, prevalecente desde a primeira revolução industrial até 1980, na qual os países em desenvolvimento eram

dominanteamente produtores e exportadores de produtos primários e os desenvolvidos eram provedores dos bens manufaturados avançados tecnologicamente, foi substituída por outra em que os países em desenvolvimento crescentemente dominam o campo da indústria.

Implícita nessa visão encontra-se a ideia, não totalmente errada, de que ocorreu uma mudança no balanço do poder econômico global como reflexo da modificação na geografia econômica. Dois fatos marcantes corroboram essa visão: a Coréia do Sul, antes uma nação em desenvolvimento, agora está incluída no grupo dos desenvolvidos; a China passou a ser vista como um país com maior potencial para desafiar a hegemonia norte-americana. Ora, essas duas nações não caracterizam completamente o Sul global, de tal modo que é preciso uma análise mais atenta dos dados existentes sobre a geografia da indústria mundial e de suas implicações. Tais informações tornaram-se disponíveis por meio de uma publicação periódica da OCDE, *Science, Technology and Industry Scoreboard for 2013*.

Considere-se, por exemplo, os anos de intensiva globalização a partir de 1990, quando a mudança geográfica na produção manufatureira global ocorreu reportadamente. Em 1990, a participação dos cinco países [desenvolvidos] que aparecem no topo (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Itália e França, nessa ordem de importância), conforme se vê no gráfico em que são apresentadas as parcelas percentuais do produto industrial mundial medido em valor adicionado, chegava a 57,8 por cento do total. Dentro desse grupo, a variação em termos de participação individual mostrava-se já bem grande, com os EUA chegando a 22,7 por cento e a França atingindo apenas 4,4 por cento. A China, nesse momento, respondia por pouco, ou seja, por apenas 2,7 por cento. Em 2000, a participação somada, no valor adicionado, dos cinco maiores subiu para 61 por cento; a China, agora, juntava-se aos líderes, pondo-se em quarto lugar no rol, de tal modo que a Itália passou a ficar em quinto. A participação da China chegou então a 6,6 por cento, um valor ainda pequeno quando comparado com a participação dos Estados Unidos, a qual subira para 26,5 por cento.



A verdadeira mudança ocorreu entre 2000 e 2011. Note-se, primeiro, que nesse último ano a participação conjunta desses cinco países era de 56,3 por cento, um valor próximo daquele observado em 1990. Agora, porém, a China chegava ao topo, com uma participação de 21 por cento. Entre 1990 e 2011, os outros quatro mais importantes perderam participação

para a China – a grande ganhadora. Fora desses cinco, nesse período, a participação percentual da Coreia subiu de 1,5 para 2,8, a do Brasil aumentou de 1,8 para 2,8, a da Índia cresceu de 1,1 para 2,3, a da Indonésia subiu de 0,6 para 1,8, a do México aumentou de 1,3 para 1,8 e a da Tailândia aumentou também de 0,4 para 1,0 por cento.

Em resumo, no campo das mudanças na indústria global, quatro aspectos são registráveis. Primeiro, nota-se que há um elemento de continuidade, pois, na esfera da indústria global, continuam a dominar uns poucos países, ainda que tenha havido alguma mudança na participação relativa de alguns deles. Segundo, observa-se uma redução significativa na participação dos países líderes da OCDE na produção manufatureira mundial em termos de valor adicionado entre 1990 e 2011. Terceiro, de modo correspondente, nota-se um dramático aumento da participação da China, especialmente depois de 2000. E, finalmente, verifica-se que houve pequenas mudanças nas participações dos países que compõem os assim chamados mercados emergentes, o que gerou uma maior dispersão geográfica da produção industrial do mundo como um todo.

O quadro expositivo referente às exportações manufatureiras globais não é muito diferente, embora as mudanças na ordenação sejam mais generalizadas e mais difundidas geograficamente; a presença dos mercados emergentes nesse quadro, isolando-se a chinesa, mostra-se superior. A participação dos cinco maiores na exportação global de manufaturados (um grupo formado por Estados Unidos, Alemanha, Japão, França e Itália, nessa ordem) chegava, em 1995, a 42,5 por cento do total, notando-se que, nesse montante, os Estados Unidos respondiam por 14,4 por cento e a Itália, por 5,5 por cento. A China, por outro lado, nesse momento, detinha cerca de 2,8 por cento do total. Porém, em 2009, a China tornou-se a economia líder na exportação de produtos industriais com uma participação de 12,9 por cento; a ela se seguia a Alemanha, com 10,3 por cento, e os Estados Unidos, com 10,1 por cento. Os cinco maiores exportadores (grupo que inclui o Japão e a França) representa agora 43,8 por cento. Fora a China, entre os países em desenvolvimento, a Coréia do Sul registrou um aumento de 3 para 3,7 na exportação de manufaturados, o México foi de 1,6 para 2,1 por cento, a Índia subiu de 0,7 para 1,6 por cento, a Tailândia cresceu de 1,2 para 1,6 por cento e o Brasil foi de 1,1 para 1,2 por cento.

Assim, seja em termos da participação nacional na produção global de manufaturas segundo o valor adicionado seja na participação na exportação dessas mercadorias, o fator contributivo notável para o surgimento de uma nova divisão internacional do trabalho parece ser o extraordinário advento da China como potência industrial – e não uma transformação dos países em desenvolvimento como um todo em uma fonte expressiva dessa espécie de produto. Essa possibilidade explica o fato de que a ameaça ao Norte não pareça vir do Sul, mas parecer vir da China em particular, algo sintetizado pelo grande déficit comercial dos Estados Unidos com a China. De acordo com o *Bureau of Economic Analysis*, órgão do Ministério do Comércio daquele país, enquanto que os Estados Unidos exportaram 152 bilhões de dólares em bens e serviços para a China, importaram 478 bilhões de dólares, incorrendo em um déficit de 326 bilhões de dólares. Essa diferença chama a atenção e marca todo o debate sobre a questão.

Porém, nem todo esse déficit se deve à produção nacional norte-americana movendo-se para a China. Esse último país importa um conjunto expressivo de bens de capital, componentes, matérias primas e intermediárias de outros países, de tal modo que o valor adicionado doméstico no conteúdo das exportações chinesas é muito menor do que sugere aquele montante agregado. O conteúdo de valor adicionado estrangeiro nas exportações chinesas, de acordo com o secretariado da OCDE, aumentou de 11,9 por cento do valor exportado bruto, em 1995, para 32,6 por cento, em 2009. Do conteúdo do valor adicionado estrangeiro, perto de 60 por cento deve ser atribuído aos insumos fornecidos pelos países da

OCDE. Em consequência, a China figura, em última análise, como plataforma processadora final para um conjunto expressivo de exportações industriais que procede do mundo como um todo.

Um estudo de Galina Hale e Bart Hobjin, encomendado pelo banco Federal Reserve de São Francisco, intitulado *The US Content of "Made in China"*, publicado em agosto de 2011, é muito revelador. Mostra que as importações da China respondiam apenas por 2,5 por cento do PIB norte-americano, assim como por 16 por cento do total de bens importados por esse país. Ademais, as mercadorias chinesas respondiam apenas por 2,7 por cento dos gastos de consumo nos Estados Unidos, montante esse que representa um quarto dos 11,5 por cento da participação estrangeira nesses dispêndios. Ademais, desses 2,7 por cento dos gastos dos consumidores norte-americanos em bens "made in China", somente 1,2 por cento refletia custo efetivos de importação, porque, em média, de cada dólar gasto nessa rubrica, 55 centavos de dólar eram devidos aos serviços produzidos no próprio país. Em outras palavras, o conteúdo "made in China" pago pelos Estados Unidos era somente de 55 por cento.

É verdade que os Estados Unidos não importam do exterior apenas os bens finais que entram na cesta do consumidor típico acima referido. Há muitos bens de consumo produzidos e vendidos nos Estados Unidos que usam insumos intermediários importados. Levando isso em consideração, Galina e Hobjin calcularam o percentual total, direto e indireto, de bens estrangeiros no gasto pessoal em consumo dos norte-americanos, em 13,9 por cento. Desse montante, o percentual direcionado para os bens chineses chegou a 1,9 por cento, o qual vem a ser um valor apenas 0,7 pontos a maior em relação àquele referente à participação dos bens finais chineses nos gastos de consumo pessoal dos norte-americanos. Finalmente, a porcentagem de conteúdo importado nesses gastos oscila numa faixa que varia entre 11,7 a 14,2 por cento, sendo está última uma cifra observada em 2008, quando o preço do petróleo estava nas alturas. Em suma, se a China se tornou mesmo uma importante fonte de importações para os Estados Unidos, o seu avanço nesse front não se deu tanto a expensas da produção interna desse país, mas a expensas de outros países exportadores.

Mas isto não é tudo. Mesmo os bens importados da China não vêm necessariamente de firmas chinesas, mas se originam de empresas norte-americanas. Como comentou um analista (Baizhu Chen, no artigo *Buying from China is in fact buying American*), a América do Norte está "importando da China grandes quantidades de iPhones da Apple, computadores da Dell, roupas Gap, brinquedos da Hasbro, bonecas da Mattel e sapatos Nike". Isto é, as empresas norte-americanas estão optando por instalar as suas fábricas ou fontes de suprimentos na China, incrementando assim em um montante significativo as importações norte-americanas daquele país. Esse resultado tem sido observado no caso de muitas mercadorias, tal como ilustrado pelo exemplo do iPhone: "em 2009, os iPhones contribuíram com 2 bilhões para o déficit comercial, o que equivale a 0,8% dos comércio bilateral sino-americano. Um iPhone 3GS é vendido por cerca de 600 dólares. Esses aparelhos são produzidos exclusivamente pela Foxconn, em uma fábrica localizada no sul da China, numa cidade chamada Shenzhen. Para produzi-los, a Foxconn tem de importar 10,75 dólares em peças das companhias norte-americanas. Os 172,46 dólares restantes são empregados na compra de componentes que vem da Coréia, Japão, Alemanha e de outros lugares. Dos 600 dólares, com quanto fica a China? Um insignificante 6,5 dólares, ou seja, 1% do valor de venda." A Apple e outras companhias norte-americanas recebem cerca de 70 por cento do valor do iPhone importado, o que faz da contribuição chinesa para o déficit comercial, medido em valor adicionado, algo muito menor do que os 2 bilhões de dólares acima apontados.

Isto significa que, mesmo se há mudança na geografia da produção manufatureira, as relações de poder subjacentes à divisão internacional do trabalho mudam muito mais lentamente. A América do Norte pode estar perdendo posição, mas isto vem ocorrendo

vagarosamente. Entretanto, note-se, as empresas norte-americanas estão perdendo bem menos e mesmo muito mais lentamente. Se o poder norte-americano é medido em termos da força das empresas norte-americanas e do capital norte-americano, a hegemonia mundial ainda se encontra como os Estados Unidos da América do Norte. O choro estridente sobre a eminent ameaça da China, mesmo dos BRICs, que ouve nos Estados Unidos se afigura somente como propaganda para enfrentar por preempção qualquer desafio ao poder imperial existente. Na transformação peculiar na geografia da indústria global, a produção pode estar atravessando as fronteiras, mas há uma defasagem na distribuição do poder econômico. Entretanto, subsiste alguma razão para os Estados Unidos temerem que uma nação do mundo em particular, a China, possa fazer um movimento dramático no futuro, torcendo algumas variáveis em seu favor.